

6

• • Q U E L I M A N E • •

Inquanto se feriam os combates de Nhamacurra, procedia-se, em Quelimane, á organização defensiva da povoação, como fôra ordenado pelo general VAN-DEVENTER e todos reconheciam ser necessario.

Desde 27 de Junho que corriam os maiores boatos dando Quelimane como objectivo dos alemães. A riqueza dos prazos da região, a quantidade de abastecimentos que se tinham reunido na Vila, e as riquezas que nela havia, justificavam plenamente a convicção de que Quelimane não escaparia ao ataque dos alemães, se as tropas de Nhamacurra fossem vencidas.

E esta convicção não era só dos portuguezes, era tambem do Comando em chefe inglez. Em toda esta campanha na provincia de Moçambique se vê que se o objectivo dos alemães era encontrar subsistencias e munições de que pudessem apossar-se para sustentar a guerra, a preocupação dos inglezes em defender armazens e depositos era mais que palpavel.

As columnas, que do Norte vinham para o Sul, deslocavam-se lentamente.

O major COHEN, ao sahir de Nhamacurra para Quelimane na noite de 1, dera a esperanza de que em 3, o mais tardar, appareceria a columna ingleza que, naquela data, já estava em Mocuba, mas tal não se realisava.

A força de que o general SOUSA ROSA dispunha, para defender Quelimane, era a seguinte:

60 civis europeus;  
 30 civis nativos;  
 100 auxiliares indigenas .

Ao todo 190 combatentes improvisados. Não havia metralhadoras e, quanto a artilharia, só havia a de tres navios surtos no porto.

Ao comando em chefe fora solicitado o desembarque das guarnições dos navios de guerra (1).

Esperavam-se, é certo, tres companhias indigenas portuguezas e parece que duas companhias inglezas, mas o que tambem não era menos certo era que estas unidades -----eram esperadas, por enquanto.

Quando atraz se expoz a correspondencia mais importante recebida e expedida pelo Comando da Expedição em 27 de Junho, não deixaram, de certo, de ser notados dois factos:

1º. O major PERRY da CAMARA , oficial de ligação junto do Q . G. inglez, pedia algumas vezes, ao chefe do Estado Maior portuguez, esclarecimentos sobre acontecimentos passados com as colunas portuguezas,

2º. O coronel SOUSA ROSA pediu a sua exoneração ao Governo Portuguez, ao receber o telegrama do general VAN DEVENTER transcrito no Doc. nº. 17 e ao reconhecer que o papel do major COHEN não se limitava ao de official de ligação, e que ás suas informações ou diligencias se devia a nomeação do major GORE BROWN e a sua promoção a tenente-coronel para comandar as forças de Nhama-cussa.

---

(1) No dia 3 desembarcaram 112 marinheiros inglezes. Do navio portuguez "Adamastor" desembarcaram 30 marinheiros, não contando, porem, dos documentos consultados, a data exata do seu desembarque.

Ora em 1 de julho era recebido no Q.G. em Quelimane, o seguinte telegrama do major PERRY da CAMARA oficial de ligação junto do Q.G. inglez:

"Telegrama dirigido do official ligação para Chefe do Estado Maior aqui diz que telegrama enviado para mim sem fundamento e que europeus foram os primeiros a fugir, brancos mortos por cy-paes Lugala e não nossas tropas por informação do suizo francez que esteve combate."

O official de ligação a que se refere este telegrama era o major COHEN. O combate a que este se referia no seu telegrama para o Chefe do Estado Maior inglez era o de ~~Munhiba~~, sucedido em 25 de Junho.

Junte-se a circumstancia de, já em Fevereiro se ter comunicado ao official portuguez de ligação junto do Q.G. inglez-evidentemente para este ter conhecimento e providenciar-que o official inglez de ligação junto do Q.G. portuguez, major LEONEL COHEN, era apontado como depreciador da acção dos portuguezes (1).

O coronel SOUSA ROSA neste mesmo dia, 1 de Julho, comunicou, ao Governo da Metropole, esta situação (2).

Mas entretanto, chegavam, no mesmo dia, as respostas do governador geral da Provincia e do Governo da Metropole, ao pedido de exoneração feito em 27 de Junho.

Estas respostas eram concebidas nos seguintes termos:

Do Governador Geral:

"Apesar rasões ponderosas apresentadas V.Ex<sup>a</sup>. acho inconveniente pedido de V.Ex<sup>a</sup>. neste momento vistas circumstancias anormaes deficeis para todos." (3)

---

(1) Telegrama do ChE.F.M. a p.33 do 2º.vol.do Relº.

(2) 3º.vol.do relatorio p.38.

(3) Rel.3º. vol. p.42

Do Governoda Metrópole:

"Referencia 489 Governador vai tratar assunto com Comandante Chefe nome Governo e decerto solucionará satisfatoriamente tão melindroso incidente. Indispensavel V.Exã. continuar exercicio comando evitar menor atrito que impeça bom andamento campanha até resolução definitiva Governo Metropole."(1).

O coronel SOUSA ROSA respondendo em 2, dizia ter sempre procedido de forma a evitar atritos, não ter sido criada por ele a situação em que se encontrava, nem ter concorrido para ela, directa ou indirectamente, e terminava declarando aguardar a solução do incidente e insistindo pela sua exoneração logo que a situação o permitisse.

Tal era a situação de Quelimane e do Comando portuguez, no momento em que os alemães se apossavam da Fabrica do Boror, na margem esquerda do rio Nhamacurra.

Em 2 de Julho, o coronel SOUSA ROSA fazia publicar a seguinte:

Ordem nº.2

"Com o fim de prevenir qualquer possivel ataque inimigo a Quelimane, determino:

A) Que o snr. capitão do porto tome immediatas providencias para que no cais da Capitania estejam as barcas necessarias

---

(1) Rel. 3º. vol. p. 43

para transportar para bordo do navio inglez "Habbsen" as senhoras e creanças europeas.

B) Que as senhoras e creanças referidas embarquem hoje, ás 16 horas.

C) Que os medicos e farmaceuticos civis se apresentem imediatamente na Direção de Etapes para serem empregados nos serviços das suas especialidades.

D) Que os bancos e casas comerciais enviem ao senhor comandante do cruzador "Adamastor" os seus valores para ali serem guardados.

E) Que todos os individuos aptos para o serviço militar se reúnam imediatamente para ocorrer á defeza da vila de Quelimane.

F) Que o senhor encarregado do Governo tome immediatas providencias no sentido de ser feita a distancia a exploração necessaria afim de prevenir qualquer avanço inimigo e a direção em que se efetua.

G) Que o senhor major CAROÇO assumo o Comando Militar de Quelimane regulando todas as disposições necessarias para a defeza da Vila com os elementos civis e militares cuja concentração ordenará imediatamente distribuindo os sectores de defeza que a cada força corresponderem.

H) Que o senhor Comandante da Base tome as medidas necessarias para alimentação das forças de defeza e bem assim para que aos navios de guerra seja fornecida a alimentação para as senhoras e creanças que ali recolheu.

I) Que o snr. encarregado do Governo tome as medidas necessarias para que a população indigena se reúna no largo da Farmacia Saraiva afim de não perturbar os serviços."

A defeza da vila de Quelimane estava organizada em trez li-

nhas: a primeira á frente da orla da povoação constituida por entrincheiramentos; a segunda na orla da povoação, constituida por barricadas que fechavam as ruas e pelas casas extremas organisadas defensivamente; a terceira dentro da povoação.

A defeza estava repartida por 2 sectores.

A 1ª. linha tinha mais de 3 kilometros de extensão.

+

+

+

No dia 3, desembarcaram 112 marinheiros inglezes, a requisição do coronel SOUSA ROSA.

A força total da guarnição de Quelimane elevou-se, assim, a 332 homens, dos quais o maior agrupamento armado era este dos marinheiros inglezes.

Ordens foram dadas a todas estas forças para assegurar a defeza.

Toda a população branca, que não era apta para pegar em armas, estava a bordo dos navios fundeados no porto. A população valida estava mobilizada. Junto á ponte da Capitania -- ponto central da povoação -- havia embarcações amarradas, destinadas a assegurar os transportes que fossem necessarios.

Entretanto, em Nhamacurra, continuava o combate da vespera, sob a direcção do proprio VON LETOW do lado atacante, e de GORE BROWN, do lado dos aliados, combate que terminava por volta das 16 horas por um desastre para os aliados, como já se viu.

+

+

+

No dia 4, de madrugada, soube-se da derrota de Nhamacurra. No dia seguinte, se não na tarde deste mesmo dia, o vencedor estaria, sem dificuldade, deante de Quelimane.

O comando em chefe inglez vira sempre toda a probabilidade de ser esta vila atacada pelos alemães.

Logico era pensar que se VON LETOW não tivesse projectado apossar-se de Quelimane, não teria combatido durante trez dias em Nhamacurra.

Em vista da gravidade da situação, o general TOMAZ ROSA fez convocar um conselho de officiais para as 7 horas desse mesmo dia. Aos officiais convocados foi apresentado o Doc. nº. 27 no qual se expunha a situação do inimigo e a das proprias forças e se apresentavam os quesitos a que deveriam responder.

Estes quesitos eram os seguintes:

1º. Com as forças que guarnecem Quelimane, é possível resistir ao inimigo apresentando-se em força?

2º. Dispostas as forças na orla da villa, tem condições de aguentar e resistir a um ataque em força que se pronuncie em qualquer ponto?

3º. A reserva, diminuta força de marinha, é bastante para fazer contra-ataques?

4º. Deverão as forças retirar em direcção opposta á do inimigo, para não sujeitar a villa a ser arrasada, e esperar reunir-se a outras forças para então atacarem?

Reunidos no Palacio do Governo, os officiais convocados — seis inglezes, entre os quais se conta o major COHEN, e oito portuguezes alem do coronel SOUSA ROSA — responderam eles do modo seguinte:

Ao 1º. quesito, os oficiais inglezes responderam "sim"; dos oficiais portuguezes, um respondeu "sim", tres responderam "não", e quatro responderam "devemos tentar resistir".

Ao 2º. quesito: os oficiais inglezes responderam "sim"; dos oficiais portuguezes, um respondeu "sim", seis responderam "não", um respondeu "devemos fortificarnos".

Ao 3º. quesito, todos responderam, sem excepção, "não".

Ao 4º. quesito: os oficiais inglezes responderam "não"; dos oficiais portuguezes, dois responderam "sim", quatro responderam "não", um respondeu "pertence ao comando resolver se devemos retirar" e outro - o chefe do E. M. capitão EDUARDO VIANA - "só quando a situação o exigir".

Os oficiais escreveram a lapis as suas respostas, no documento que continha os quatro quesitos e foram lidos ao começar a sessão. O general SOUSA ROSA, tendo assistido alheio ás discussões e conversas entre os membros do Conselho, declarou, depois de todos se terem pronunciado, estar na intenção de oferecer resistencia e defender a villa, em seguida ao que, se retirou para ordenar o que fosse necessario para a efectivação dessa resistencia e dessa defeza. Não havia tempo a perder.

É interessante analisar, antes de proseguir, as respostas dadas ao 2º. e 3º. quesitos.

Ao quesito "se dispostas as forças na orla da villa, elas tinham condições de aguentar e resistir a um ataque em força que se pronunciasse em qualquer ponto", responderam "sim", 6 officiaes inglezes e um official portuguez; responderam "não" 6 officiaes portuguezes, e ouviu-se um official portuguez que respondeu "devemo-nos fortificar".

Ao quesito "se a reserva, diminuta força de marinha, era bastante para fazer contra-ataques", responderam todos, unanimamente "não".

Será razoavel supor-se que a resposta afirmativa a aquele quesito pode harmonisar-se com a resposta negativa a esta ?

Já vimos que o nº. de combatentes ~~se~~ elevara, na vespera a 332, com o desembarque de 112 marinheiros ingleses. Se estes 300 homens fossem empregados na defeza da orla da villa, na rasão de 1 homem por metro corrente, essa orla não poderia ter mais de 300 metros. Ora a orla terrestre de Quelimane tinha mais de 3 kilometros de desenvolvimento como se pode avaliar pela carta junta a este relatorio ( documento nº. 28 ).

Então 300 homens, para defenderem uma frente de mais de 3 kilometros, sem metralhadoras e sem artilharia que os apoiasse directamente, e sem poderem contar com o socorro de um contra-ataque por parte de uma reserva com effectivo bastante para o fazer, estavam em condições de resistir a um ataque em força pronunciado sobre um ponto dessa orla?

O que salvou Quelimane foi não estar a sua posse nos projectos de VON LETOW .

Com efeito, o general alemão, ao atacar Nhamacurra, não tivera outro objectivo senão aprehender-- para as utilizar na continuação da guerra, <sup>destruindo</sup> ~~destinando~~ as que não pudesse transportar-- as munições que sabia haver em abundância em Kokosani e que ainda não tinha encontrado senão em fracas quantidades. Na Fabrica <sup>as</sup> peças tinham sido encontradas por MULLER, era, portanto, certo havel-as na estação do cam<sup>a</sup>. de ferro. Dahi, os combates de 2 e 3.

A colheita de subsistencias e outros recursos fora tambem valiosissima.

Tendo atinjido este objectivo, era necessario -- diz o proprio VON-LETOW-- "fazer ~~querer~~ crer que tencionava fortificar-se em Nhamacurra e que tinha em mira tomar Quelimane."

Mas as colunas inglesas continuavam aproximando-se. A região entre o rio Nhamacurra e o Zambeze oferecia serias difficuldades. A passagem do Zambeze talvez não fosse possivel. Era necessario, portanto, atravessar, mais uma vez, as colunas inimigas para escapar ao completo envolvimento.

Foi o que decidiu VON LETTOW, tomando a direção do nordeste .  
E assim, na tarde de 4, as forças alemãs sob o seu comando iniciaram a retirada, e, em 5, atravessaram novamente o Licungo, em direção á Maganja da Costa.

+

+        +

O perigo afastara-se.

Em 6, o coronel THOMAZ ROSA informava o Governo da Metropole da situação. Chegavam nesse dia a Quelimane duas companhias inglesas, e tinham-se apresentado varios officiaes portuguezes e ingleses e muitas praças escapadas do desastre de Nhamacurra.

Um tenente coronel inglez devia apresentar-se para comandar as forças de Quelimane (!) o que importava nova exoneração para o major portuguez VELEZ CAROÇO, e novo aborrecimento para o comando portuguez.

Em 7, chegava a Quelimane o Governador Geral coronel MASSANO DE AMORIM.

Em 8, chegava, finalmente, a exoneração tão solicitada, e, em 9, o coronel SOUSA ROSA entregava o comando e retirava para o Mocimboa da Praia donde, finalmente, retirava para a metropole.

+

+        +

Na sessão do Conselho de officiaes de 4 de Julho, o coronel SOUSA ROSA e o seu chefe do Estado Maior cometeram uma falta lamentavel, qual foi não fazer lavrar-o coronel-e não ter lavrado-o chefe do E.M.-, a respectiva acta, antes de encerrada a ses-

são.

Este documento foi redigido pelo Chefe do Estado Maior na tarde do mesmo dia, depois, de expedidas as ordens necessarias para completar a organização da resistencia que ficara decido do appor e para ser dado cumprimento integral ás determinações da ordem dada em 2.

Depois de ter recebido a assinatura de trez dos officiais portuguezes que assistiram á conferencia, este documento foi confiado pelo Chefe do Estado Maior ao major temporario LEONEL COHEN, para este o assinar e fazer assinar pelos outros officiais inglezes, mas não voltou mais á posse do Q.G. portuguez.

Em 6, sabia-se da retirada dos alemães para leste do Licungo.

A guarnição de Quelimane sofrera alterações, e os officiais inglezes retiravam sem terem assinado a acta. O Chefe do Estado Maior, capitão EDUARDO VIANA, diz, no seu depoimento, que "não houve maneira de o conseguir e que as suas instancias para elle ser restituída encontravam sempre uma resposta evasiva", e daqui resultou não ter a acta sido assinada por todos os officiais portuguezes que assistiram á conferencia.

Esta imprevidencia que se explica com a pressa com que, a seguir á conferencia, todos foram ocupar os seus postos de combate e completar a preparação e organização dos seus sectores, tornou possivel o aparecimento ulterior de uma pretendida acta, com a assinatura dos officiais inglezes que tomaram parte na Conferencia do dia 4 de Julho, e cuja tradução foi publicada pelo jornal "O de Aveiro".

Essa acta, cuja autoria é attribuída ao major inglez LEONEL COHEN, difere da acta portugueza completamente.

Naquato na acta portugueza estão consignadas: as razões que levaram o comandante da expedição a convocar o Conselho de officiais; os pontos sobre que os desejava ouvir; as respostas que todos deram aos quesitos respectivos; a declaração do official inglez mais graduado, feita em nome dos seus compatriotas, de

~~Por~~ não retirarem em caso algum; a correspondente declaração dos oficiais portugueses de que também não retirariam; a decisão tomada pelo coronel SOUSA ROSA de resistir; e as ordens dadas, nessa conformidade, ao major VELLEZ CAROÇO comandante militar de Quelimane -- a acta ingleza é um documento tendo em mira depremir os oficiais portugueses e, principalmente o coronel SOUSA ROSA, o qual é arguido de factos passados na sessão do Conselho de oficiais e de factos passados fóra do Conselho.

Analizemos ~~de~~separadamente estas arguições, começando por aquelas que dizem respeito a factos passados fóra do Conselho.

1ª.-Ter mandado toda a sua bagagem para bordo de um escaler a gasolina, para ficar mais perto do embarque, o que confirma a sua intenção de abandonar a villa.

Em face da iminencia de um combate que se esperava--e em más condições--seria da mais condenavel imprevidencia não pôr em lugar seguro e para a retaguarda, os valores e o arquivo do Q.G. da expedição. Estando junto ao Caís da Capitania varias embarcações amarradas, como já se viu, e recolhida a bordo dos navios ancorados, a população europeia inapta para o combate, logico seria mandar para uma dessas embarcações, cujo arraes fosse de absoluta confiança, esse arquivo.

Ouvido, agora, a este respeito, o general SOUSA ROSA diz que tendo vindo de Dar-es-Salam para Quelimane, e tendo tido, em Mocimboa da Praia, apenas o tempo necessario para mudar de navio, chegou a Quelimane com uma pequena mala de mão, deixando em Mocimboa da Praia as suas bagagens, e que o mesmo succedeu com o seu chefe de Estº. Maior. No seu relatorio, enviado ao official de policia judiciaria, em 16 de novembro de 1923, declarara que o ~~qual~~ tinha recolhido a bordo do gasolina fora o arquivo e valores da Expedição.

No processo, não se vê que alguém tenha verificado que, de facto, em logar do arquivo do Q.G., estivessem no escaler as bagagens do general, como algumas testemunhas ouviram dizer.

2ª.-Ter recusado licença ao vapor "Pungue" para sahir antes da chegada do vapor "Luabo" para ter assim assegurada a sua retirada.

A sahida do vapor "Pungue" foi, com efeito, sustada, mas quem a sustou até á chegada do Governador Geral da Prov., foi o capitão de fragata NUNO DE CAMPOS, comandante do "Adamastor", a requisição do comandante militar de Quelimane, major VELEZ CAROÇO, e não a requisição do comandante da Expedição.

Era natural, de resto, sustar a sahida de navios que podiam ser necessarios para o caso de uma retirada forçada.

3ª.- (Não consta da acta ingleza, mas relaciona-se com as arguições nela feitas e consta dos depoimentos de algumas testemunhas ouvidas nos autos). Pernoitar na Capitania do porto e não no Palacio do Governo, afim de poder embarcar e pôr-se ao largo em caso de perigo.

Quem examinar uma carta ou planta de Quelimane verificará imediatamente que, enquanto a Capitania fica num ponto central, o Palacio do Governo ficava no flanco direito da orla da villa --na 2ª. linha de defeza.

Facilidades de embarcar no escaler, tanto as havia na Capitania como proximo do Palacio do Governo, e, portanto, para poder embarcar, em caso de perigo, não havia necessidade de mudar para a Capitania.

O Palacio do Governo estava situado no sector inglez; a Capitania, alem de ser central, estava situada proximo do sector portugues.

A Capitania tinha uma situação mais favoravel para as ligações com as forças inglezas, que estavam no sector da direita, com as

forças portuguezas, que estavam no sector da esquerda, e com os navios de guerra, que estavam no porto e cuja artilharia teria de actuar em ligação com as forças de terra.

A Capitania estava, portanto, em melhores condições de ser utilizada como posto de comando, do que o Palacio do Governo, o qual estando no flanco direito da orla da villa, seria necessariamente um dos primeiros objectivos para os allemaes, quando elles executassem o seu ataque ao sector de defeza da direita.

E desde que tanto se podia embarcar junto do Palacio do Governo como na Capitania, e esta satisfazia melhor que aquelle ás condições de um posto de comando, o facto do coronel SOUSA ROSA ter pernoitado no posto de comando que escolheu, na noite de 4/5 em que todos estavam a postos, prontos para combate, não pode significar que elle tivesse o proposito de embarcar, e que tenha sido esse proposito que o tenha levado para a Capitania.

Passando agora a analisar as arguições relativas a factos passados no Conselho, vejamos o que, a respeito de cada uma delas dizem, nos autos, os officiaes portuguezes que tomaram parte nessa conferencia.

Os officiaes portuguezes que tomaram parte na conferencia foram como já vimos, oito alem do coronel SOUSA ROSA. Mas só sete puderam ser ouvidos como testemunhas, porque um, o major FEIJÓ TEIXEIRA era falecido. O que este official pensava da acta ingleza dir-nos-á, porem o major PERRY DA CAMARA.

1ª.-arguição-"Era evidente que o comandante em chefe-o cononel SOUSA ROSA- fora acommettido de panico e terror ao saber da aproximação das tropas allemaes."

Sobre esta arguição, o tenente coronel ANTONIO LOPES MATHEUS as-  
severa que é falso que da parte do coronel SOUSA ROSA houvera ma-  
nifestação de panico e de terror; que o acompanhou nas suas visitas  
aos entrincheiramentos, "só tendo motivo para se orgulhar pela for-  
ma como elle comprehendia a missão do commando";

O ex-major ANTONIO CARDOSO diz que podia affirmar que não notava  
no coronel SOUSA ROSA qualquer manifestação de panico ou terror;

O capitão de fragata ANBRADE RODRIGUES diz que ficou "immensa-  
mente contrariado logo que leu o objectivo da conferencia que pre-  
sumia ser a dos quesitos" declarando a outra testemunha, o capitão  
dos portos de Quelimane, que "com o seu assentimento não se faria  
quanto se deixava transparecer nos seus dizeres", -e sendo-lhe per-  
guntado "sobre se a passagem do relatorio das forças inglezas que  
foi tradusida e publicada no n.º.317 do jornal "O de Aveiro" de 17  
de junho de 1923, "que acaba de ser lida á testemunha, representa a  
expressão da verdade, "respondeu" que o seu depoimento suppõe não  
se afastar da referida passagem" - resposta esta que, aliás, não foi  
dada, precisamente em harmonia com a pergunta feita-.

O tenente-coronel EDUARDO VIANNA diz que assegurava não ter havi-  
do da parte do commando a mais leve manifestação de receio.

O tenente-coronel VELITZ CAROÇO diz que "nao deu fé de que o co-  
ronel SOUSA ROSA estivesse acometido de panico e terror; antes,  
delle recebeu, sempre, ordens e instruções que denotavam muita ener-  
gia, decisão e patriotismo";

O 1.º tenente de marinha SANTOS PATO, capitão dos portos de Que-  
limane, diz que "as primeiras divergencias entre o comandante da ex-  
pedição e alguns officiaes portuguezes, incluindo elle testemunha, co-  
meçaram logo pela forma como estavam feitos os quesitos de tal ma-  
neira organizados que forçosamente conduziriam ao abandono da villa  
e que sahiu da conferencia sob a impressão de que o coronel SOUSA  
ROSA se não estava acometido de panico e terror, tinha pelo menos,  
perdido a serenidade";

O capitão de fragata NUNO DE CAMPOS diz que entrou na sala do Conselho, já depois deste iniciado, e não foi interrogado sobre esta arguição.

Isto é, de sete officiaes portuguezes que assistiram á conferencia, nenhum viu actos de "panico e terror"; apenas as testemunhas SANTOS PATO e ANDRADE RODRIGUES interpretaram como signal de panico e terror, a apresentação dos quatro quesitos, que desagradaram á primeira e "immensamente contrariaram a segunda, como ella diz, não lhe dando, contudo, a convicção bastante para dizer precisamente se a acta ingleza era ou não a expressão da verdade, quando lh'o perguntaram.

2ª.- Ter toda a intenção de abandonar a villa de Quelimane á chegada do inimigo e embarcar num vapor:

O tenente-coronel MATHEUS diz que o coronel SOUSA ROSA "não propoz tal abandono e apenas, incidentalmente se referiu ao facto de se tratar de uma villa sem defeza alguma como nucleo importante de europeus e que, portanto, expunha esses factos para serem bem ponderados".

O ex-major ANTONIO LUIS CARDOSO diz o seguinte:

"Desde o principio da reunião notei que os officiaes inglezes presentes estavam mal dispostos mostrando até um certo nervosismo que eu attribuia ao insuccesso do combate de Nhamacurra, visto que o comando das forças aliadas que ali operavam eram commandados por um officiaes inglez escolhido pelo com<sup>d</sup>o em chefe das forças aliadas em operações. Depois de uma ligeira discussão dos officiaes inglezes entre si, foi dito pelo major LEONEL COHEN, agente de ligação junto das forças portuguezas em operações, que os officiaes inglezes ali presentes, declaravam não abandonar a defeza da villa de Quelimane, custasse o que custasse, tomando assim uma attitude irreductivel que impossivel seria mostrar-se-lhes que não se tinha em vista abandonar Quelimane ao inimigo, mas sim estudar-se a melhor forma de utilizar os poucos recursos de defeza que havia, para evitar um desastre".-----

O capitão de fragata ANDRADE RODRIGUES, na parte do seu depoimento, que atraz fica transcrito, revela a sua convicção de que o coronel SOUSA ROSA tinha a intenção de abandonar a villa, pois diz que "lendo o objectivo da conferencia que presumiu ser os quesitos, ficou immensamente contrariado etc."

O tenente-coronel EDUARDO VIANNA diz: que é absolutamente falso ~~que~~ que o comandante THOMAZ ROSA "désse na conferencia quaesquer indicações donde se podesse dedusir que era sua intenção abandonar a villa.

O tenente-coronel VELEZ CAROÇO perguntado "sobre se o coronel SOUSA ROSA, no Conselho de officiaes, manifestou a necessidade de abandonar Quelimane, respondeu que não, mais disse que a passagem do documento publicado pelo jornal "O de Aveiro" não se refere propriamente a actos concretos passados no Conselho de officiaes, mas antes representa simplesmente deducções de factos que não conhece, revestindo portanto, impressões de character pessoal que elle testemunha não perfilha."

O 1.º tenente SANTOS PATO diz no seu depoimento que "o comandante da expedição portugueza advogou a retirada de Quelimane, abandonando-se a villa, contra cuja attitude protestaram energicamente o então capitão tenente da armada PEDRO RODRIGUES, a testemunha e alguns officiaes do exercito portuguez cujos nomes nesta data não pode referir por não se lembrar."

O capitão de fragata NUNO DE CAMPOS diz, no seu depoimento, que tendo entrado na sala do Conselho, já depois deste iniciado, ignora se antes da sua entrada, alguma discussão se estabelecera sobre o abandono da Villa de Quelimane; e sobre o que vem no nº. 317 do jornal "O de Aveiro", diz "que é certo que officiaes inglezes e portuguezes se manifestaram contra o abandono da Villa bem que alguns estivessem convencidos de que não havia forças terrestres sufficientes para a defender, no caso de ataque do inimigo, que alguns suppunham irrealisavel pelas condições topograficas da Villa de Quelimane, rodeada de rios e pantanos e ainda com onze navios no seu porto sendo

tres de guerra".

Isto é, dos sete officiaes portuguezes que assistiram á conferencia um só ouviu o coronel SOUSA ROSA "advogar" a retirada de Quelimane; quatro contestaram que alguém tivesse manifestado o proposito de abandonar a villa; um revelou estar convencido de que havia realmente essa intenção, conquanto o não affirmasse de um modo pbsitivo; e o restante disse simplesmente que officiaes inglezes e portuguezes se manifestaram contra o abandono da villa.

O coronel SOUSA ROSA declara que "a discussão" foi simplesmente entre officiaes portuguezes e inglezes, que se manteve "completamente "extranho a tudo" depois de lido o documento relativo á convocação do Conselho, e que a sua opinião<sup>s</sup> foi expendida nas respostas dadas pelo Chefe do Estado Maior---o capitão VIANNA<sup>que</sup>, respondeu ao 1º. quesito: devemos tentar resistir---.

3a.- Ter lido um excerpto de um livro onde estava escrito que um inimigo nunca saqueava uma villa que não fosse defendida:

O ten.-cor. MATHEUS diz, no seu depoimento que na acta ingleza, os factos verdadeiros são os que concordam com a acta assignada por alguns officiaes portuguezes, havendo, porem outros, que se não passaram como na referida passagem (?) vem narrados.

O ex-major ANTONIO LUIZ CARDOSO não foi interrogado a este respeito.

O tenente-coronel EDUARDO VIANNA declara não ter ouvido o coronel SOUSA ROSA ler qualquer livro onde se dissesse que o inimigo não bombardeava uma villa que não estivesse defendida, e que se elle quisesse faser essa affirmação não precisava de livro, tão conhecida ella é", e perguntado se o coronel SOUSA ROSA tinha dito na conferencia que "ia sujeitar-se a Villa a um bombardeamento, o que poderia evitar-se, se não houvesse resistencia da nossa parte, pois estava asente que não seria atacada uma povoação que não opposésse resistencia", respondeu que se não recorda do comandante da expedição ter referido taes palavras.

O capitão de fragata ANDRADE RODRIGUES diz no seu depoimento que tendo dito ao coronel SOUSA ROSA que podia mandar escrever "sim" ao primeiro quesito, "referiu S.Ex<sup>a</sup>. que respondendo assim ia sujeitar a Villa a um bombardeamento que seria pernicioso e que poderia evitar-se se não houvesse resistencia da nossa parte pois estava assente que não seria atacada uma povoação que não op<sup>o</sup>sesse resistencia:

(Neste depoimento não se fala de leitura de qualquer livro).

O tenente-coronel VELEZ CAROÇO declara, em carta junta aos autos, não ter o coronel SOUSA ROSA intervindo "na discussão" das respostas aos quesitos.

O 1<sup>o</sup>.tenente SANTOS PATO, ouvido por deprecada, na sua resposta ao ponto 10<sup>o</sup>. que lhe pergunta se pode dizer o que se passou no Conselho de officiaes, depois de fazer varias referencias, nenhuma das quaes diz respeito á leitura de qualquer livro ou á afirmação de que uma villa não defendida não era atacada, diz que "devido ao grande espaço de tempo decorrido desde a data em que teve logar o Conselho de officiaes e a data em que depõe, não pode precisar tudo quanto se passou no referido Conselho de officiaes."

O capitão de fragata NUNO DE CAMPOS, no seu depoimento, nada diz sobre esta arguição, nem sobre ella foi interrogado.

Isto é; só a acta ingleza fala na leitura de qualquer livro; só o capitão de fragata RODRIGUES diz ter o coronel SOUSA ROSA falado em bombardeamento da villa; a testemunha que há pouco afirmava que o coronel SOUSA ROSA "advogara" o abandono da villa, diz agora que "devido ao grande espaço de tempo decorrido..... não pode precisar tudo quanto se passou....."; o chefe do Est. Maior não se recorda de que o comandante da Expedição tivesse proferido taes palavras; outros, nada dizem sobre o caso, nem sobre elle foram interrogados.

O general SOUSA ROSA declara não ter lido livro algum, pois não o tinha, e, como já se disse, que se manteve extranho a tudo, sendo a sua opinião expendida nas respostas dadas pelo chefe do Estado Ma-

ior.

4º. Ter declarado, em Conselho, que nos officiaes inglezes, declinava toda a responsabilidade do que podesse acontecer:

O ten. cor. MATHEUS diz no seu depoimento, que na acta ingleza, os factos verdadeiros são os que concordam com a acta assinada por alguns officiaes portuguezes, havendo, porem, outros que se não passaram como na referida passagem (?) vem narrados.

O ex-major ANTONIO LUIZ CARDOSO não foi interrogado a este respeito.

O capitão de fragata ANDRADE RODRIGUES diz, no seu depoimento que, tendo o capitão de fragata BOYES (R.N.) dito que tinha instruções especiais do seu governo para nunca retirar, "disse o comandante SOUSA ROSA que nelle e nos demais officiaes inglezes declinava a responsabilidade do que podesse acontecer."

O tenente-coronel EDUADO VIANNA perguntado se o coronel SOUSA ROSA dissera na conferencia "que no capitão de fragata inglez BOYES e nos demais officiaes inglezes declinava a responsabilidade do que podesse acontecer," respondeu que se não recorda do comandante da expedição ter proferido as palavras referidas e não ser de aceitar que o mesmo comandante declinasse nos officiaes inglezes qualquer parcela de responsabilidade que só a elle pertencia.

O ten.-cor. VELEZ CAROÇO declara na sua carta junta aos autos não ter o coronel SOUSA ROSA intervindo na "discussão" das respostas aos quesitos.

O 1º. tenente SANTOS PATO ouvido por deprecada, disse, depois de varias referencias, nenhuma das quais diz respeito a qualquer declaração de declinação de responsabilidades, que "devido ao grande espaço de tempo decorrido desde a data em que teve lugar o Conselho de officiaes e a data em que depõe, não pode precisar tudo quanto se passou no referido Conselho."